

**Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas**

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GTT de LIMPEZA URBANA

Data: 17 e 18 de abril de 2018.

Local: Ministério do Trabalho – Brasília/DF.

PARTICIPANTES:

Bancada de Governo: Joelson Guedes da Silva, José Almeida Martins, Sílvio Andrade, Tereza Luiza Ferreira dos Santos.

Convidados e assessores da bancada de governo: Carolina Araujo Cunha, Paulo Cesar Almeida, Roque Veiga, Vanus João Corte.

Bancada de Trabalhadores: João Capana, Everson Tardeli, Raimundo Moraes, Henrique Silva.

Convidados e assessores da bancada de trabalhadores: José Raimundo, Marcelo Avelino, Dayane dos Santos.

Bancada de Empregadores: Reinaldo Damacena, Luiz Poli, Luiz Sérgio Mamari, Alcir Mendes.

Convidados e assessores da bancada de empregadores: José Américo Fischmann, Jaques Sherique, Ariovaldo Caodaglio, Carlos Silva Filho, Wanderley Coelho Baptista.

Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT): Raymundo Ribeiro.

RELATO:

- 1 Joelson iniciou a reunião saudando a todos e solicitando a observância do horário das
- 2 próximas reuniões. Informou que a reunião está sendo gravada e em seguida solicitou a
- 3 apresentação dos representantes. Joelson esclareceu que novamente foram enviados
- 4 convites dessa reunião ao Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde e
- 5 Confederação Nacional dos Municípios, mas não houve confirmação. Informou que os
- 6 convites continuarão a ser enviados, mas solicitou apoio das bancadas na intermediação.
- 7 Antes do início da discussão da pauta o coordenador solicitou que apenas os
- 8 representantes se sentassem ao redor da mesa, ficando os assessores um pouco atrás.
- 9 Definiu os horários da reunião sendo o primeiro dia de 10h as 12h30 – 13h30 às 17h, e
- 10 o segundo dia de 09h as 13h. Sugeriu que a próxima reunião seja alterada de 23 e 24/5
- 11 para dias 15 e 16/5.
- 12 **Aprovação da Ata da 1ª Reunião**

A ata foi aprovada com ajustes e assinada pelos representantes.

Discussão do texto da Norma

Joelson sugeriu que o tempo de fala de cada representante ou assessor se limitasse a três minutos para otimizar o tempo. Silvio solicitou que as falas não se repetissem. Reinaldo elogiou a dinâmica, mas disse que nem sempre será mantida.

Joelson informou que a versão limpa do texto formatada pelo governo foi enviada ao Grupo para análise. João Capana citou que foram recebidas mais de 3000 contribuições na consulta pública, e que a maioria foi de grupos organizados. A impressão passada foi que o alcance não foi tão grande como o imaginado. Questionou qual foi a dinâmica utilizada pela bancada do governo para a versão limpa, pois o texto foi bastante alterado. E mostrou-se preocupado com o respeito às propostas de sua bancada. Luiz Poli disse que a proposta é extensa e que será um desafio, mas que o objetivo é de construir uma boa NR. Questionou o coordenador como o trabalho será conduzido. Joelson esclareceu que após análise da bancada de governo foram alterados 38 itens e incluídos 14 itens. E ressaltou que o texto da consulta não foi desconsiderado, foram feitas ponderações nas sugestões para manter a coerência e ordenamento em Segurança e Saúde no Trabalho. Sugeriu que as discussões sigam na ordem dos itens. Sílvio concordou que foram recebidas mais sugestões de empresas e grupos. A bancada dos trabalhadores disse ter se decepcionado um pouco com isso. Joelson lembrou que esse é o momento da discussão, o texto ainda não está fechado. A proposta anterior elaborada pelas bancadas de trabalhadores e empregadores e entregue à CTPP havia muitas questões que poderiam ser resolvidas em outras Normas Regulamentadoras (NRs). Devido a isso, a proposta foi reorganizada.

Texto projetado

Item 1.1

1.1 - Esta Norma Regulamentadora dispõe sobre os requisitos mínimos para a gestão da segurança, saúde e conforto nas atividades de limpeza urbana, sem prejuízo da observância das demais Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

A bancada empresarial sugeriu texto com a retirada dos termos “conforto”, “mínimos” de requisitos mínimos, e “demais Normas Regulamentadoras”, e a bancada de governo questionou. Foi respondido que o conforto já é abrangido pela NR24. Sílvio expôs que saúde não pode ser apenas ocupacional, tem que ser mais amplo, no caso o conforto está relacionado aos riscos da ergonomia. Paulo Almeida disse que a retirada do “conforto” neste item pode prejudicar algum outro item da Norma. Reinaldo discordou, pois o termo não aparece em outro lugar da NR. Tereza defendeu a manutenção do termo, pois as atividades são em áreas públicas, devendo ser atendidas as necessidades dos trabalhadores. Almeida e Raymundo discordaram da retirada do “mínimo”, pois é o básico, uma segurança. Dependendo do estado, poderá ter mais do que o previsto na Norma. A bancada de trabalhadores discordou da retirada de “demais NRs”.

Pausa para discussão das bancadas em separado.

PROPOSTA DA BANCADA DE GOVERNO (com a concordância dos trabalhadores).

1.1 - Esta Norma Regulamentadora dispõe sobre os requisitos mínimos para a gestão da segurança, saúde e conforto nas atividades de limpeza urbana, sem prejuízo da observância das demais Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

PROPOSTA DA BANCADA DE EMPREGADORES.

1.1 - Esta Norma Regulamentadora dispõe sobre os requisitos mínimos a ser cumpridos para a gestão de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente do trabalho nas atividades de limpeza urbana.

Não houve consenso para as propostas mencionadas.

Item 1.2

Joelson apresentou a proposta da bancada de governo unindo os itens 1.2 e 1.3:

1.2 - Para fins de aplicação desta Norma Regulamentadora, considera-se limpeza urbana as atividades que envolvem:

a) a coleta de resíduos sólidos;

b) transbordo;

c) transporte;

d) tratamento de resíduos;

e) triagem de recicláveis;

f) destinação final, a partir da sua produção e disposição para recolhimento ao ponto de destino;

g) varrição;

h) ponto de recolhimento de resíduos (ecoponto);

i) manutenção de áreas verdes;

j) capina;

k) roçagem;

l) lavagem de vias e logradouros;

m) raspagem e pintura de meio-fio;

n) limpeza e conservação de monumentos e túneis;

o) outras atividades que envolvam a limpeza urbana.

Wanderley, assessor da bancada de empregadores, citou a Lei do Saneamento (Lei nº 11.445/2007), que separa limpeza urbana do manejo, e que a NR precisa deixar claro o campo de aplicação para trazer segurança jurídica. Leu também a Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e disse que tratamento de resíduos, triagem de recicláveis, destinação final e ecoponto não fazem parte da limpeza urbana. Os conceitos não podem ser diferentes. Reinaldo enfatizou que a participação dos Ministérios do Meio Ambiente e Cidades (representante das Prefeituras) é primordial para a discussão. Raymundo esclareceu que, pelo art. 200 da CLT, as NRs têm força de lei. A NR regulamenta a área de SST, os objetos são distintos. Vanus leu o conceito de resíduos sólidos e demonstrou que é mais amplo. Paulo solicitou a reflexão e o cuidado da comissão na utilização de conceitos de outras leis. João Capana não concordou com a exclusão de atividades proposta pela bancada empresarial, pois são áreas que também devem ser protegidas e representam um grande número de trabalhadores. Joelson questionou a bancada empresarial se o entendimento da bancada sobre o escopo sempre foi esse. Luiz Poli respondeu que a discussão sempre foi contemplando o conceito de limpeza urbana, da coleta até a entrega. Reinaldo esclareceu que o texto entregue pelas bancadas de empregadores e trabalhadores à CTPP foi de limpeza urbana e posteriormente o governo incluiu outras questões e enviou para consulta pública. A bancada empresarial quer normatizar a área, com equilíbrio de obrigações e por consenso. Tereza questionou quais as atividades abrangidas nesse conceito. Carlos, assessor da bancada de

empregadores, esclareceu que é coleta, transbordo, transporte, varrição, capina, roçagem, lavagem de vias e logradouros, raspagem e pintura de meio-fio, e limpeza e conservação de monumentos e túneis. Joelson questionou novamente quando a bancada mudou o entendimento, pois destinação final estava na proposta apresentada antes da consulta pública. A ideia era de ter o corpo da NR falando sobre limpeza urbana com possibilidade de anexos com especificidades, caso do aterro. A bancada empresarial respondeu que não houve mudança de entendimento. Carlos disse que algumas atividades extrapolam o conceito, e que os outros setores atingidos não participaram da construção da Norma. João Capana disse que se excluir essa área vai inviabilizar a discussão. Everson expôs que, se colocando no lugar da bancada empresarial, não entende quais os itens da NR não podem se aplicar as 4 (quatro) atividades retiradas, tratamento de resíduos, triagem de recicláveis, destinação final e ponto de recolhimento de resíduos (ecoponto). Carlos esclareceu que os itens não englobam as atividades. Marcelo, assessor da bancada de trabalhadores, disse ter trabalhado na área há 25 (vinte e cinco) anos e que é importante a manutenção das 4 (quatro) atividades na NR. Raimundo questionou o porquê dessa negação de abrangência das áreas não ter sido feita no início da elaboração do texto. Vanius citou que está parecendo que a bancada empresarial quer tirar parte significativa da Norma. Carlos reiterou que o conteúdo dos itens diz respeito apenas à limpeza urbana. Joelson expôs que toda a argumentação feita nesta reunião não foi apresentada nem na consulta pública nem nas audiências públicas. Carlos justificou que os outros setores não participaram devido o nome da NR. Reinaldo complementou que não é a bancada empresarial que está separando o manejo e a limpeza urbana, e sim as legislações existentes. E reafirmou a importância dos outros atores na discussão. Raymundo sugeriu manter o texto geral e alguns itens remeter a anexos específicos.

Reinaldo sugeriu que a bancada de governo criasse proposta para atender esse entendimento.

Intervalo para discussão das bancadas.

PROPOSTA DA BANCADA DE GOVERNO:

1.2.1 – As peculiaridades das atividades não integralmente regulamentadas nesta Norma, como as de tratamento de resíduos, triagem de recicláveis, destinação final e ponto de recolhimento de resíduos (ecoponto), serão objeto de normatização por meio de Anexos desta NR.

Ou

1.x. As peculiaridades não disciplinadas nesta norma serão objeto de anexos próprios por atividade.

Carlos e Reinaldo disseram que o espírito do entendimento está na proposta, mas a escrita não atende.

A reunião foi encerrada no primeiro dia com o compromisso de apresentação da proposta da bancada empresarial no dia seguinte.

2º dia

Joelson iniciou a reunião esclarecendo que a CNT não foi convidada para essa reunião, pois aguardava retorno do coordenador da bancada empresarial sobre a confirmação da indicação.

Discussão do texto da Norma

Bancada empresarial apresentou sua proposta:

1.2 – Para fins de aplicação desta Norma Regulamentadora, consideram-se Serviços de Limpeza Urbana as atividades de:

a) coleta, transporte e transbordo de resíduos sólidos urbanos até a destinação final;

b) varrição de vias e logradouros públicos;

156 c) capina, roçagem e poda de árvores;

157 d) manutenção de áreas verdes;

158 e) lavagem de vias e logradouros públicos;

159 f) raspagem e pintura de meio-fio; e

160 g) limpeza e conservação de monumentos e túneis.

161 1.2.1 – Consideram-se resíduos sólidos urbanos aqueles originários de atividades
162 domésticas, da varrição, capina, poda de árvores, limpeza de logradouros e vias
163 públicas e os equiparados a estes por disposição do titular dos Serviços de Limpeza
164 Urbana.

165 1.3 – As atividades de tratamento de resíduos, triagem de recicláveis, destinação final e
166 ponto de recolhimento de resíduos (ecoponto) serão objeto de normatização por meio
167 de Anexos desta NR.

168
169 A bancada de governo não concordou com a proposta apresentada, em função da
170 redução do escopo. Manteve sua proposta. A bancada de trabalhadores não concordou
171 com a proposta da bancada empresarial. Luiz Poli informou que após o debate foram
172 agregadas algumas questões na proposta. Reinaldo questionou a bancada de governo
173 como serão definidas as peculiaridades para escolha dos anexos. Se a abrangência da
174 Norma for ampliada ela nascerá juridicamente imperfeita.

175 Everson elaborou uma proposta, mas que não foi consensada com sua bancada:

176 1.2 – Para fins de aplicação desta Norma Regulamentadora, consideram-se Serviços de
177 Limpeza Urbana as atividades de:

178 a) coleta, transporte e transbordo de resíduos sólidos urbanos até a destinação final,

179 b) varrição de vias e logradouros públicos;

180 c) capina, roçagem e poda de árvores;

181 d) manutenção de áreas verdes;

182 e) lavagem de vias e logradouros públicos;

183 f) raspagem e pintura de meio-fio; e

184 g) limpeza e conservação de monumentos e túneis.

185 h) outras atividades de limpeza urbana

186 1.2.1 – As peculiaridades das atividades, bem como de tratamento de resíduos, triagem
187 de recicláveis, destinação final e ponto de recolhimento de resíduos (ecoponto) serão
188 objeto de normatização por meio de Anexos desta NR.

189 Raymundo disse que esses pontos já tinham sido superados na discussão pré-GTT e que
190 não estava claro o motivo. A preocupação da Norma é com o trabalhador. A bancada de
191 trabalhadores apoiou a proposta do Everson, com a definição dos Anexos. Paulo
192 esclareceu que a proposta da bancada empresarial está baseada na Lei de Resíduos
193 Sólidos, mas a proposta do governo tem outra abrangência.

194 Após discussão, a bancada dos trabalhadores defendeu a proposta da bancada de
195 governo. A bancada empresarial disse ter ficado decepcionada por não ter ocorrido
196 nenhum avanço. As propostas serão levadas à base para análise. A bancada empresarial
197 retirou a proposta feita nesta data e retornou para a proposta anterior, ou seja:

198 1.2 - Para fins de aplicação desta Norma Regulamentadora, consideram-se serviços de
199 limpeza urbana as atividades de coleta de resíduos sólidos urbanos, transporte e
200 transbordo até a entrega para a destinação final.

201 1.2.1 – Consideram-se resíduos sólidos urbanos aqueles originários de atividades
202 domésticas em residências urbanas ou equiparáveis a estes, e da varrição, capina, poda
203 de árvores, limpeza de logradouros e vias públicas.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GTT LIMPEZA URBANA

205 Joelson projetou o item 1.4 para dar continuidade à discussão, mas a bancada
206 empresarial expôs que, para avançar, seria necessário a definição dos itens discutidos
207 até o momento. A bancada de governo ressaltou também o descontentamento com a
208 discussão e solicitou que nas próximas reuniões seja mantida a cordialidade entre os
209 representantes. A bancada de trabalhadores também ficou decepcionada, pois o texto
210 vem sendo discutido há anos e o problema apresentado nesta reunião nunca havia sido
211 mencionado. O ocorrido será relatado em suas bases.
212 Joelson sugeriu a troca de propostas antes da próxima reunião e informou a data da
213 próxima reunião do GTT: **23 e 24/05, em Brasília**. Agradeceu a presença de todos e
214 encerrou a reunião.